

Na Plenária Nacional da Fenajufe servidores do Judiciário Federal de todo o país decidem que

Vai começar a mobilização

Saiba nesta edição o que está em jogo nas negociações, porque os servidores novos são os que têm mais a ganhar (ou perder), as dificuldades que teremos que enfrentar e porque devemos lutar agora

Hélio Souza



Delegados na Plenária da FENAJUFE aprovam por unanimidade Dia Nacional de Luta em defesa do Plano de Carreira construído pelo Grupo de Trabalho da Federação

Há duas propostas em jogo para o Plano de Carreira: a nossa e a da comissão do STF. Adivinhem qual é a melhor

Quem ingressou no Judiciário nos últimos anos é discriminado em relação a direitos e mais explorado

Porque queremos redução no número e nos valores das FCs e CJs e aumento salarial

Acordando a memória: como se faz uma greve e tudo o que se consegue com ela

Página 2

Página 4

Página 2

Página 4

8 DE JULHO

DIA NACIONAL DE LUTA PELO PLANO DE CARREIRA



O jornal **O GRITO** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 - Florianópolis (SC)

Fone/Fax: (48) 3222-4668

Site: www.sintrajusc.org.br

E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br

Coordenadores Gerais

Adriana Maria Ramos
Luiz Severino Duarte
Paulo Roberto Koinski

Coordenadores Executivos

Coord. de Finanças e Patrimônio:
Manoel Prazeres
Pedro Antonio de Oliveira
Coord. de Cultura, Promoção Social e Esporte:

Silvana Liczbinski
Coord. de Comunicação e Imprensa:
Denise Moreira Schwantes Zavarize
Coord. Jurídicos:

Liliane Toldo Cunha Oldra
Neila Avila de Souza
Coord. de Formação Sindical:
Luiz Roberto Silveira
Coord. para Assuntos de Aposentadoria e Pensão:
Adenir Lourdes Canonica Barbon

Coordenadores Regionais

Região Norte
Gerson Henrique Franco de Macedo
Região Planalto
Robak Jose Barros
Região Oeste
Geraldo Tirelli
Região Sul
Luciana de Souza Cechinel Bez Batti
Região do Vale
Edmilson Silva da Rosa

Diagramação e Edição:

Miriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)

Projeto Gráfico: Letra Editorial

Logomarca do Sintrajusc: Paulo Laitano

Impressão: Grafinoorte - Tiragem: 2.500 - Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Colabore com nosso jornal

Escreva para:

imprensa@sintrajusc.org.br (Os artigos enviados não poderão exceder 2.500 caracteres e serão publicados na página 3). Receberemos os artigos até o dia 20 de cada mês.



Filiado à:



PLANO DE CARREIRA:

Há duas propostas de Plano de Carreira: a nossa e a da comissão de diretores dos tribunais superiores

A primeira batalha já começou, mas, como dizia Raul Seixas, é de batalhas que se vive a vida e muitas outras ainda vão rolar antes de conquistarmos o Plano de Carreira que queremos. Isto não quer dizer que o processo deve necessariamente ser longo. Tudo depende da nossa capacidade de mobilização nacional.

Servidores públicos não têm direito legal à negociação coletiva. Embora negociemos com o governo ou com os tribunais, é no Congresso Nacional que a nego-

ciação pra valer acontece. Vamos lembrar.

O Plano de Carreira ou mesmo um PCS de servidores federais só passa a existir após a aprovação de uma lei que começa com um projeto de lei. No caso do Judiciário, a competência constitucional para apresentar projeto de lei específico sobre servidores é do STF, e, mais recentemente, com "parceria" do CNJ. O encaminhamento do projeto ao Congresso Nacional pelo STF é a única forma de o nosso Plano de

Carreira começar a tramitar onde realmente será aprovado.

A FENAJUFE já conseguiu que o STF nomeasse uma "comissão interdisciplinar" para elaboração do projeto a ser encaminhado ao Legislativo. A comissão é formada por 9 membros que representam os tribunais superiores e conselhos e apenas 2 que representam os servidores. A maioria dos representantes dos tribunais são os respectivos diretores gerais. É claro que se tivermos que votar, perderemos sempre.

Patrão é patrão, empregado é empregado

Os interesses das administrações nem sempre coincidem com os nossos. Por exemplo, é interessante para elas que as FCs continuem sendo distribuídas por critérios subjetivos como a "confiança". Assim elas exercem mais poder sobre os servidores. Como as FCs e CJs têm valor bastante alto em relação aos vencimentos, "ganhar" ou "perder" uma delas faz uma grande diferença na vida de uma família. Por outro lado, grande parte dos diretores gerais dos tribunais superiores não pertence aos quadros de pessoal desses órgãos. Para eles, é pessoalmente interessante que a remuneração dos cargos em comissão seja alta pois eles só recebem esta. Sendo os CJs altos, isto puxa toda a tabela de gratificações de confiança para cima. Este é um problema concreto que nossos representantes estão enfrentando na comissão do STF.

A tramitação no Congresso

A primeira Comissão pela qual o Plano de Carreira terá que passar é a de Constituição, Justiça e de Cidadania, cuja função é avaliar se o projeto é constitucional e fazer adequações se necessário.

A segunda é a comissão de mérito que no nosso caso, tratando-se de regime de servidores

públicos, é a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Nesta, todo o mérito do projeto é avaliado, podendo ser emendado ou até substituído por outro. Esta é uma comissão da maior importância, onde se dá a maior parte da negociação.

Finalmente o projeto é submetido à Comissão de Finanças e Tributação, onde é analisada a "adequação orçamentária", ou seja, é verificado se o projeto cabe dentro do orçamento existente ou se precisa de uma emenda para garantir a suplementação eventualmente necessária.

Boa ou nem tanto, a proposta do STF é só o começo

É claro que estamos esperneando para que a proposta do STF seja a melhor possível. Mas o importante é que ela saia logo da comissão, passe pelos presidentes de tribunais superiores, pelo CNJ e vá de uma vez para o Congresso Nacional, ainda que não seja o projeto dos nossos sonhos. Para entender porque, vamos lembrar na [página ao lado](#) o processo legislativo. O projeto de lei vindo do Judiciário inicia sua tramitação sempre pela Câmara dos Deputados. Lá tem que passar por três comissões. Quem participou da luta pelos PCSs conhece bem como isso funciona.

Hélio Souza



Na Plenária da FENAJUFE, defesa do projeto construído pelos servidores

CALENDÁRIO DE LUTA

Junho

Dias 15 a 26 - Rodada de assembléias nos Estados

Julho

Dia 8 - Dia Nacional de Luta pela Carreira

Agosto

Dias 9 e 10 - Reunião ampliada com caráter deliberativo, para apreciar o Plano de Lutas discutido na XV Plenária Nacional

Dia 14 - Indicativo de paralisação pelo Plano de Carreira

ENTENDA COMO SERÁ O JOGO

Por onde vai andar o nosso projeto

Os problemas nas comissões da Câmara I: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

De um modo geral, a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça é tranqüila para um projeto assinado pelo STF, que é o guardião da Constituição. No nosso caso, uma discussão de mérito pode se atravessar. É a questão mais importante de um Plano de Carreira, a possibilidade de ascensão para posições com exigência de escolaridade superior àquela para a qual foi realizado o concurso. A Constituição anterior dizia que a primeira investidura em cargo público dependia de concurso público. Daí para a frente o servidor podia participar de processos seletivos internos e passar de um cargo de nível médio, por exemplo, para um de nível superior, desde que tivesse a escolaridade necessária. A Constituição de 1988 eliminou a palavra "primeira". Com isso, a exigência de concurso público passou a ser necessária para toda e qualquer mudança de cargo.

Evidentemente, quando falamos em carreira, é preciso que o servidor tenha a possibilidade de planejar a sua e seguir um plano objetivo, transparente e democrático, que lhe permita galgar posições até onde queira dentro da organização. Temos que encontrar uma fórmula que permita isto e não entre em choque com a norma constitucional, e isto é possível.

Os problemas nas comissões da Câmara II: Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Esta comissão vai analisar cada artigo do plano é por isso é a mais importante de todas. O resultado pode piorar o que veio do STF ou até mesmo substituí-lo pela nossa proposta, o que seria ideal, mas isso é difícil pois no Legislativo tudo depende da correlação de forças que conseguirmos es-

tabelecer na sociedade em relação ao governo, às bancadas de interesses específicos, à oposição e aos partidos da base de sustentação do governo. A correlação de forças será analisada mais adiante quando falarmos em estratégia e tática.

Não é a redação legislativa nem as técnicas frias de administração que estarão em jogo aqui. Na discussão do mérito do Plano de Carreira dos Servidores do Judiciário Federal e MPU, estará uma disputa ideológica entre os que defendem um Estado mínimo e a concentração de poder na cúpula e os que defendem um Estado forte e voltado para atender as reais necessidades do povo que constrói a riqueza do país e que, ao mesmo tempo, contribua para distribuir com mais Justiça esta riqueza. Quem ainda não pensou no assunto não precisa se preocupar em ser de esquerda ou de direita. O que nos une todos agora é o fato de sermos trabalhadores públicos que vendem nossa força de trabalho ao povo, representado pelo Estado. É inevitável que, ao final desta campanha, todos teremos aprendido muito de política. Já enfrentamos isto antes.

Os problemas nas comissões da Câmara III: Comissão de Finanças e Tributação

Nem precisamos explicar muito os problemas nesta comissão. É aqui que precisaremos negociar com o governo os recursos orçamentários para nosso Plano de Carreira que, evidentemente, vai ter impacto financeiro importante, pois implicará uma nova tabela salarial, restituição de direitos que nos foram suprimidos no passado recente, instituição de novos direitos relativos ao desenvolvimento da carreira etc. Somos perto de 150 mil servidores apenas no Judiciário Federal. Só esta quantidade já coloca qualquer aumento de despesa na casa dos bilhões de reais anuais. Vivemos tempos de crise, quando todas as empresas privadas que pregavam Estado mínimo

batem às portas do Estado querendo agora que ele seja máximo para salvá-las. Não enfrentaremos apenas o governo, que está sendo obrigado a gastos não previstos, mas também e principalmente os representantes do grande capital de todos os setores, que não querem dividir com mais ninguém o dinheiro público que estão abocanhando todos os dias para manter seus lucros. Também já enfrentamos isto antes.

O que queremos e o que vamos enfrentar

Vamos ao concreto. Queremos critérios objetivos e absolutamente transparentes para as nomeações de funções comissionadas e cargos em comissão.

Queremos cargos em comissão só para pessoas do quadro (concurradas), queremos democracia nas relações de trabalho, queremos chefes e diretores avaliados pelos subordinados, queremos discutir o que é produtividade, queremos um ambiente de trabalho que não faça mal à saúde. Queremos mecanismos de proteção contra assédio moral e de punição aos assediados. Queremos número de servidores compatível com a quantidade de serviço. Queremos discutir as novas tecnologias e seu impacto na saúde dos trabalhadores, e contribuir para um Judiciário que faça Justiça. Nem precisamos querer mais para ver que quem quer tudo isso vai se defrontar com interesses poderosos que preferem deixar tudo exatamente como está.

O arcaico de cara limpa ou travestido de moderno

Nossa proposta, elaborada a partir das discussões realizadas em todos os estados e vários fóruns nacionais deliberativos, materializa os nossos quereres numa lei que pode mudar muita coisa no Judiciário Federal e no Ministério Público da União, cujos órgãos em muitas ocasiões, na esfera administrativa, ainda se comportam como centenários feudos. Mas não é só o pensamento atrasado e arcaico que enfrentaremos. Há também todo o ideário dito "moderno" do pensamento neoliberal que ainda insiste em privatizar tudo o que for possível, como, por exemplo, toda a atividade meio nos tribunais. Isto inclui informática, administração financeira, segurança, comunicação, formação, transporte, medicina do trabalho, obras etc. Recentemente o mais novo escândalo no Senado revelou enormes esquemas de empresas terceirizadas utilizadas para dar emprego a todo tipo de apadrinhados políticos burlando a Constituição, que obriga concurso público. A norma constitucional não atinge empresas terceirizadas pois elas são privadas. Nem impede que a autoridade pública que as contrata indique pessoas (parentes, quem sabe) para prestarem serviço através delas.

Terceirização é caminho para empreguismo e nepotismo

Não estamos falando aqui de vigilantes e trabalhadores de limpeza que trabalham muito e ganham pouco. A Fundação Getúlio Vargas, que está metida em grande parte dos tribunais do país, de Brasília aos estados, a pretexto de modernizar os métodos administrativos prega a contratação de terceirizadas para grandes projetos - inclusive de caráter permanente - de informática, de administração, de formação, nos quais os salários dos profissionais são tão bons ou mais altos que os mais altos do Judiciário. Quem diria! A privatização pode chegar ao Judiciário e servir como cabide de emprego. Que coisa velha.

De cara limpa ou travestido de moderno, o antigo pensamento feudal e patrimonialista sempre encontra uma forma nova de fazer velhas coisas. Mas já enfrentamos isso antes e o tamanho do adversário não impediu nossas vitórias. Já incluímos em PCSs anteriores cláusulas anti-nepotismo e crescentes limitações ao ingresso de pessoas de fora do quadro nos cargos em comissão.

CARREIRA

Lições da História: fatos são fatos



Na greve pelo PCS em 2002, servidores mobilizados no TRE

O inimigo sempre parece maior quando o encaramos de joelhos. A frase é do General San Martín, libertador da América espanhola, e serve para mostrar que, da História, só devemos nos inspirar nas formas de luta que se usavam para derrotar velhas formas de dominação.

Com o Judiciário Federal inteiro em pé, encarando qualquer um que resolva se colocar na posição de inimigo, podemos vencer as batalhas que virão como já vencemos antes.

Primeiro olhemos para a História para perceber que todas as grandes conquistas dos trabalhadores só aconteceram depois de grandes lutas. Com os servidores do Judiciário Fe-

deral não foi diferente.

Nossa primeira grande greve nacional aconteceu em 1996 e teve como resultado um Plano de Cargos e Salários que nos garantiu aumentos anuais pelos 4 anos seguintes, no auge do governo FHC, que manteve congelados por 8 anos os salários dos servidores federais. Depois, em 2000, participando da maior greve nacional unificada de servidores federais, conseguimos criar a primeira comissão do STF para elaborar um projeto de PCS. Em 2001 outra greve nacional para obrigar o TST,

presidido por Almir Pazzianotto, a assinar o projeto a fim de encaminhá-lo ao Congresso. O TST, na ocasião, era o único tribunal que se negava a assinar, impedindo o andamento.

Em 2002, finalmente, outra greve nacional de mais 40 dias garantiu a aprovação pelo Congresso do melhor PCS que tivemos até hoje. Em 2005 outra greve conquistou o aumento do percentual da GAJ e em 2006 nova greve para conquistar o atual PCS, cuja última parcela recebemos em dezembro último.

Agora, nada mudou. Se quisermos um Plano de Carreira, vamos nos preparar para mais uma greve ou deixar que a crise vá correndo mensalmente nossos salários.

Os novos têm mais em jogo

Os novos servidores, com menos de 10 anos de serviço, são os que mais tem a ganhar, ou perder, com o novo Plano de Carreira. Acontece que até 1998 todos os servidores tinham pelo menos duas coisas que engordam seus salários até hoje: os quintos e a gratificação por tempo de serviço. Esta última representava 1% sobre o vencimento para cada ano de serviço, o que faz uma diferença importante hoje em dia. Os quintos representavam a incorporação ao salário em caráter permanente de 1/5 do valor da FC ocupada pelo servidor para cada ano de exercício da mesma. Assim, ao fim de cinco anos no exercício de uma FC ou CJ, o servidor tinha seu valor incorporado para sempre, inclusive para aposentadoria.

Quem entrou depois de 1999 não tem mais nem nem outro direito. Também não tem licença prêmio, que era 6 meses de licença remunerada a cada 10 anos de exercício e que, se não fosse gozada, poderia contar em dobro como tempo para aposentadoria. Ao todo foram 50 direitos, que faziam parte da Lei 8.112, suprimidos por FHC.

Tudo isso pode ser rediscutido agora. Por isso, os novos servidores têm muito a ganhar, mas para isso vão ter que lutar como lutaram os mais antigos pela situação um pouco melhor depois de greves históricas.

Aposentado perde salário

A maioria dos servidores que está chegando na hora da aposentadoria está enfrentando um dilema. Grande parte desses servidores conquistaram no curso de suas carreiras, pela experiência, funções de confiança ou cargos em comissão. Como não se leva mais estas vantagens para a aposentadoria, se eles se aposentarem vão ter uma drástica redução em seus ganhos mensais. Isto pode mudar. Aliás, já mudou uma vez, com o PCS de 2002, que reduziu o valor das FCs e aumentou o do vencimento básico.

O resultado foi que as FCs deixaram de ser uma espada sobre as cabeças dos servidores que, em muitos casos, chegaram a abrir mão do seu exercício, pois o salário era suficiente. No último PCS, no entanto, não conseguimos manter esta situação e as FCs foram valorizadas de novo. Mas isto pode e deve mudar com o Plano de Carreira, dependendo apenas do tamanho da nossa mobilização.

Estratégia e tática

O que precisamos fazer acontecer para conquistarmos o Plano de Carreira? É preciso que o projeto saia do STF e vá para a Câmara dos Deputados, seja aprovado nas três comissões com o melhor conteúdo possível, siga para o Senado, onde deverá ser aprovado também por três comissões e, daí, vá para a sanção presidencial. Todo este processo requer muito cuidado e acompanhamento. Precisamos de uma boa assessoria parlamentar para garantirmos relatores que nos sejam benéficos em todas as comissões.

A escolha do relator prescinde de análise e escolha certas, levando em conta partido, afinidade com o tema, trânsito entre os demais partidos e vontade política de aprovar a proposta. É preciso sempre manter canais de diálogo com o governo através de deputados ligados às lutas dos trabalhadores. É preciso articular com os tribunais superiores para que ajudem nas negociações sempre que necessário. Isto pode levar meses e não chegar a lugar nenhum. O que vai definir a velocidade das negociações é a força da greve na hora certa. Em greves anteriores, conseguimos aprovar projetos nas três comissões em três semanas, com greve forte acontecendo em todo o país.

Quem vai dizer a hora certa é o curso dos acontecimentos. No próximo dia 8 de julho vamos fazer um dia nacional de luta com atos e assembleias em todos os estados. É o início da mobilização. Esperamos com isso testar nossa capacidade e disposição de luta e mostrar para o Judiciário, o governo e à sociedade esta disposição de lutar por nossos direitos. Depois avaliamos a repercussão dessa primeira mobilização e preparamos a próxima, que pode ser uma paralisação de um ou dois dias, como já fizemos em outras campanhas. Enquanto isso, a FENAJUFE vai negociando. E vamos fazendo o projeto avançar aos empurrões até que ele tranque em algum lugar. Então é hora da greve. Mas até lá já estamos preparados. É como no futebol, vamos treinando o time, afinando as jogadas até a hora da grande final. Ai é entrar em campo para vencer.